

A figura do coronel e seus desdobramentos: um estudo sobre a contística bernardiana

Maria Aparecida Barros de Oliveira Cruz

Universidade Estadual de Goiás
Porangatu – Goiás – Brasil
ciidabarro@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho analisa a representação do coronel na obra de Bernardo Élis, a partir da análise de *Um duelo que ninguém viu*, *A virgem santíssima do quarto de Joana* (1944); *Veranico de Janeiro* (1966) e *O principal é dar conforto à família* (1984), para analisar nesses contos como a figura do coronel tanto pode estar associada à imagem da terra como ao comércio e/ou ao cenário político. Em geral, representa o poder local e como tal se associa ao prestígio e ao controle econômico.

Palavras-Chave: Análise Literária; Coronelismo; Patriarcalismo; Bernardo Élis.

Introdução

A literatura brasileira está recheada de grandes talentos, tendo estes se constituído por saber manejar a pena de forma singular. Seguindo ou não os pressupostos de cada época, muitos escritores fizeram história porque logo cedo descobriram o fio de Ariadne¹ e não mais se desvencilharam dele. Dentre estes se destacam, no século XIX, Gonçalves Dias, José de Alencar e Machado de Assis, principalmente, e, no XX, Oswald e Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Hugo de Carvalho Ramos, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, Bernardo Élis e muitos outros. É sobre esse último que iremos falar.

Bernardo Élis Fleury de Campos Curado, nascido em terras goianas, começou a poetar cedo, aos dezenove anos; contudo foi com a prosa que mais se identificou, sendo considerado por muitos “uma das maiores expressões da literatura regionalista nacional” (ALMEIDA, 1985). Seu primeiro livro *Ermos e Gerais*, publicado em 1944, conquistou aplausos de colegas importantes como Monteiro Lobato, Mário de Andrade e Tristão de

Ataíde. Nele é nítido seu compromisso com o social, o humano, tendência que irá perseguir em toda a sua produção, o que provoca comentários de críticos como esse:

A ação nas personagens de B. Élis ressalta-lhe a tendência em voltar-se para o humano, aguçando a sensibilidade de quem o lê. Esquiva-se do tabu que cala a miséria de nosso meio rural, descobre-a sem rebuscos, dando margem para que seja enquadrado no tipo de formação intelectual-psicológico-realista (ALMEIDA, 1985, p. 46).

Impossível passar por Piano, Olaia, Nholá dos Anjos, Joana, Chiquinha do Amaro e tantos outros seres que habitam o mundo ficcional da obra bernardiana e não se emocionar. Assim também como se torna difícil não perceber o grito dos fracos frente à opressão dos poderosos que salta à página e mexe com a sensibilidade do leitor. Todavia não pensemos que se trata de literatura panfletária vazia. O que se percebe na medida em que se avança na leitura é a presença de “um espectador que nada deixou passar” (GOMES, 1971), que se prende ao seu tempo e que avança, procurando captar todas as vozes e representar todos os sons, ainda que faça uma escolha nítida pelos fracos e oprimidos e revele, em alguns momentos, certa rebeldia e ironia diante dos poderosos, como o que percebemos em *A virgem santíssima do quarto de Joana*:

Talvez estivesse dizendo que Fausta se tinha esquecido de alegar os dezesseis anos que Joana vinha trabalhando para casa sem ganhar um só vintém, vestindo resto de roupa, calçando chinelo velho dos meninos, lavando roupa, buscando água [...] (ÉLIS, 2005, p. 160).

O homem de que Élis fala é aquele que vive no sertão, distante do litoral e de tudo aquilo que ele representa positivamente, segundo a visão feliz de Candice Vidal e Souza (1997).

¹ Na mitologia grega Ariadne é a princesa que ajuda Teseu a se guiar pelo labirinto, onde entra para matar o Minotauro. Ao amarrar a ponta de um novelo na entrada do labirinto e o desenrolar na medida em que avançam para o interior da engenhosa construção, permite que ambos saiam da empreitada ilesos e vitoriosos.

Nesses espaços, ausentes do poder central, reinam os chefes locais – os chamados coronéis, espécie de descendente do sistema patriarcal.

O presente artigo pretende discutir a representação do coronel e por extensão do patriarcalismo, na contística de Bernardo Élis. Para tanto lançaremos mão da análise de algumas de suas obras sob a luz do pensamento histórico, social e crítico literário.

A escolha por um escritor goiano, diante de tantas opções, pauta-se por duas razões. Além de ser uma oportunidade de melhor conhecer o que se produziu nesse solo, é, principalmente, a convicção de que muito do que foi criado é de altíssima qualidade. Dentre os dois autores que melhor se destacam no chamado ciclo do gado², optamos por Bernardo Élis, que aborda em suas obras a decadência desse ciclo, como procuraremos comprovar mais tarde. Além disso, sua obra nos possibilita a construção de uma ideia sobre o que foi a sociedade goiana da primeira metade do século XX.

A preocupação de Élis com o homem do seu tempo é tão forte que alguns estudiosos de sua obra chegam a afirmar que esta se constitui, na verdade, um documentário social fecundo, uma vez que: “Traz a realidade embuçada pelo aspecto de ficção, encontrando eco não só na caracterização psicológica das personagens como na rudeza dos “fatos” que elas vivem” (ALMEIDA, 1970, p. 52).

Breve reflexão sobre coronelismo

Antes de qualquer avanço achamos pertinente retomar o conceito de coronelismo, um termo ainda frequente nos dias atuais, principalmente porque há seguidores dessa vertente, em especial no interior do Brasil. Para o professor e pesquisador Francisco Itami Campos (2003) o coronelismo é um fenômeno político que se revela pela dominação econômica, política e social exercida por um líder político sobre uma comunidade.

Em Goiás, por uma série de razões³ o coronelismo assumiu facetas diferentes

² O professor e pesquisador Rogério Santana, em artigo intitulado *Regionalismo, Modernização e crítica social na literatura brasileira* (2010), discute essa temática, associando seu surgimento, em Goiás, ao fato de que, após o declínio da mineração, a sociedade goiana procurou se reerguer por meio da criação de gado. Assim, o ciclo do gado será marcado pela entrada da pecuária e se findará com a construção da ferrovia, um dos marcos do período de modernização. CF SANTANA, 2010; In *Regionalismo, modernização e crítica social na literatura brasileira*. ARAÚJO, Humberto Hermenegildo de. OLIVEIRA, Irenísia Torres de (org.).

³ Dentre elas destaca-se a condição de estado periférico, razão pela qual, de acordo com esse pesquisador,

das do restante do país, distanciando-se assim das tipologias estabelecidas por Carone, Pang e Cintra⁴, principalmente, que consideravam, especialmente esse último, a política coronelista como “um bem organizado sistema de domínio em que um grupo na capital controla a política e a administração estaduais” (CAMPOS, 2003, p. 111). É esse grupo que reconhece em cada município um chefe local, o coronel, prestando-lhe pequenos favores em troca do controle das massas.

Ainda de acordo com Campos (2003) a sociedade goiana até a primeira metade do século XX pode ser classificada como pré-política⁵. Apesar de concordar com a classificação de Pang, para esse estudioso o coronel goiano se distancia de qualquer outro, mesmo dos da sociedade subdesenvolvida. E a razão para esse distanciamento, segundo o autor, se encontra no fato de que em Goiás, principalmente após 1912, existiu e atuou um partido político com fortes bases.

A existência desse partido fez com que a vontade das diferentes correntes políticas fosse respeitada, impedindo assim o controle do estado por um grupo fechado. Esse “partilhamento do poder” também pode ter sido um dos responsáveis para que em cada local um ou vários coronéis surgissem, segundo o tamanho da vila e a quantidade de moradores ilustres - fenômeno evidenciado em alguns contos de Bernardo Élis, principalmente em *Veranico de Janeiro*.

A figura do coronel na contística de Élis

Assim, tal como nos revela Élis, a figura do coronel pode ser tanto a do dono de terras, como o Major Chiquinho, quanto à do agiota – Capitão Benedito, personagem de *Veranico de Janeiro*, que vive da exploração dos mais fracos. Sua sagacidade se revela na medida em que a narrativa evolui. Para o narrador ele é o “velhaco” que espera o momento certo para dar “o bote”, deixando seu adversário atordado:

“as lideranças políticas estaduais estruturavam e dirigiam a vida política e administrativa interna sem a intervenção expressa do poder central”. Essa aparente autonomia na verdade expressava a pouca importância que Goiás tinha frente ao cenário nacional. CF CAMPOS, 2003, p. 27.

⁴ CF Campos, Itami. Coronelismo em Goiás. Goiânia: UFG, 2003. Nesse estudo o autor retoma as ideias de muitos intelectuais que se debruçaram sobre esse assunto, incluindo os autores supracitados.

⁵ Nessa sociedade o coronel “... era o fazendeiro/comerciante mais abastado e chefe político incontestado do município, normalmente reconhecido como tal pelos dirigentes políticos estaduais” (CAMPOS, 2003, p. 48).

O menino se coçava, não sabia como proceder e se embaraçava nos gestos, remexia o picuá que trazia atirado às costas, pendente do pescoço, tirava de lá um pedaço minúsculo de bazé. Impaciente, o poldrinho procurava mamar; a égua porém, não lhe permitia, trocando as pernas de canseira. No calor parado, os mosquitos entravam pelos olhos, pelas ventas, pelos ouvidos, zunindo e retinindo⁶ (ÉLIS, 1987, p. 13).

Quem se prende em seus laços tem pouca possibilidade de fugir. Sua atuação se prolonga até que a exploração, o aviltamento se complete e o ser que pulsava antes se torne mais um objeto de sua coleção:

Dinheiro que capitão emprestasse não se pagava nunca mais. Quitação de dívida ele só deu para Elpídio, que lhe esfregou o relho na cara, para um boiadeiro de fora que meteu a carabina nos peitos e para o coronel Tatico. Para Manuel do Carmo Capitão emprestou um conto de réis. O pobre pagou esse um conto de réis tantas vezes que perdeu o sitiozinho, as vacas, o cavalinho e até suas panelas (ÉLIS, 1987, p. 10).

Fica claro que nesse sistema só os fortes têm chances para sobreviver, os demais, e esses são a maioria, estão jogados à própria sorte, já que não há a atuação do poder público. Vale ressaltar que a representação da justiça até se faz presente em muitos dos contos. Todavia sua atuação em defesa dos fracos e injustiçados é nula. Assim tanto o juiz quanto o delegado se mostram coniventes com os exploradores, adotando muitas vezes a postura destes, sem qualquer dó ou piedade sincera: “O delegado tinha um riso meloso, irônico, tirante levemente piedoso. Um riso metafísico, assim mais ou menos de cachorro acariciado” (ÉLIS, 2005, p. 156).

Diante da dor e sofrimento de Joana que se revela totalmente aluada, desvairada o delegado se porta como ser insensível, revelando em seu discurso e na sua postura uma discrepância entre aquilo que é e o que deveria ser frente ao cargo que ocupa. As falhas de caráter que apresenta são responsáveis por torná-lo um ser desprezível e facilmente associam-no ao mundo dos exploradores.

Algo semelhante nota-se na figura do delegado e do juiz de “*O principal é dar*

⁶ Brillante a forma como o autor expressa a luta entre dominador e dominado. O quadro pode ser dividido em duas partes. Além da ação desenvolvida pelos personagens, numa luta que é por si só muito desigual, o quadro se completa quando o narrador ora se aproxima ora se afasta, focalizando nos animais sua atenção, desenvolvendo assim uma relação de simetria entre homem e bicho (a égua é encurralada pelo poldrinho, ao passo que o menino é cercado pelo capitão Benedito e todos, homens e bichos, são atacados pelos insetos).

conforto à família". Na voz do narrador fica evidente que ambos estão para "proteger os pais de família que estão sendo impedidos de dar conforto a suas famílias"⁷ (ÉLIS, 1984, p. 200).

Nessa terra onde a aparente desordem impera, as relações entre os homens são marcadas pelo binômio dominador x dominado. Contudo, não pensemos que inexistente uma lógica em tudo isso. Ela existe, e os seres desprovidos de sorte sabem muito bem disso: "O biru ouvira em casa a conversa do pai, que contara à mãe já haver pago a conta do capitão. Diante, porém, do que está falando o capitão, que é homem de patente, homem de respeito e de posição, o roceirinho fica meio embatucado" (ÉLIS, 1987, p. 11).

Desta forma, cada ser reconhece seu papel e não se priva de vivê-lo, em consonância com aquilo que já está pré-determinado. Não há, nos contos analisados, uma recusa veemente por parte daqueles que deveriam se rebelar contra a ordem instituída. O roceirinho perde para o capitão o arroz que garantiria os remédios de que a mãe carecia. Joana, apesar de ter certeza do responsável por sua desgraça, aceita a imposição do coronel e se casa com o coveiro, mesmo contra sua vontade. O Capataz Número Hum, embora discordasse da ordem recebida, acaba por executá-la e o Agregado H bem como seus familiares, diante do "furto" do leitãozinho, até tentam gritar, mas suas vozes são abafadas pelo desejo do coronel que não poderia perder a disputa para o prefeito:

Ai, que a casa veio abaixo, a mulher gritando mais ainda, os meninos aos berros, pois iam levar o bicho tão manso, tão amigo, adeus consulta do médico, adeus saúde da mulher e da filha! O capataz Número Hum tinha entouxado os ouvidos com pedaço de pau, peou o bácoro, amarrou ele na garupa, e saiu num galope largado para não ouvir a latomia que ficou para trás (ÉLIS, 1984, p. 196).

Para o escritor e estudioso da literatura goiana José Fernandes (1992, p. 355): "o ser dominado pelo sistema e tolhido em sua essência, como ocorre nas narrativas de cunho sociológico (tal como aqui evidenciamos) é impossibilitado de reagir e de

⁷ Vale a pena destacar a ironia com a qual o narrador se arma para construir o perfil desse coronel, bem como dos demais seres ficcionais que surgem para fazer validar o seu poder. Assim o delegado e o juiz, se entram em cena é, exclusivamente, para validar seus desejos. Não importando o que pensam e o que sentem os demais seres que habitam esse mundo: "Da banda de fora da casona do coronel ficaram os dois noivos, em pranto de choro, as futuras sogras e futuros sogros, bem como muitos parentes e conhecidos e convidados dos noivos, todos chorando e se arrastando pela terra, implorando ao coronel que soltasse as moças B e B' e as deixasse constituir família" (ÉLIS, 1984, p. 199).

perquirir a própria desgraça”. E isso ocorre porque se comportam como seres individualizados, sem o espírito de grupo – o que garantiria a afirmação de seus direitos e a construção da visão de mundo. De fato, atendo-nos às obras escolhidas, é fácil perceber que as personagens vítimas da exploração são desprovidas de autonomia e senso crítico, uma vez que chegam ao ponto de reconhecer que inexistem sem a presença do dominador:

[...] bem que podia deixar de ir, falar para o coronel assim que não ia e pronto, mas e o emprego que perderia, e as contas por pagar, e a doença da mulher e dos filhos? Sem o bafejo do coronel, deixaria de ser o respeitadíssimo Capataz Número Hum para ser um camarada qualquer, igual aos milhares existentes por este país afora [...] perdido o cargo de Capataz Número Hum, no outro dia estavam os soldados lhe metendo o refe no lombo, pondo na cadeia, desmoralizado como qualquer pé-rapado (ÉLIS, 1984, p. 193).

Assim se constrói a figura do explorador que só tem o poder que exalta porque encontra alguém a quem subjugar. Mesmo não sendo escravo declarado, para o coronel é como se fosse, uma vez que julga sua propriedade tudo aquilo que habita suas terras: “O coronel, porém, era homem consciente de seu papel e arrazoou que era regra geralmente aceita que o que estava em riba da terra à terra pertencia. De consequência, se o leitão estava em sua fazenda, a ele pertencia o bacorinho, pois não [...]” (ÉLIS, 1984, p. 192).

Vale destacar que além dos bens produzidos pelo agregado e/ou empregado, o coronel também assumia para si a vida de todos que estavam a sua volta, não se importando com os estragos sociais que provocaria. Desta forma, trata a todos com menosprezo, garantindo assim a realização dos seus desejos: “– Muito bem pago. Ora: honra nacional. Indústria brasileira falsificada. Essa gente é pra essa gatinha mesmo. Pobre e negro têm honra o quê!” (ÉLIS, 2005, p. 163).

Além das representações aqui evidenciadas é mister ressaltar a figura do coronel associada ao comércio, o que ratifica o já dito por Campos sobre o coronelismo em Goiás. Essa faceta se revela principalmente em *Veranico de Janeiro*. Depois de ser molestado moralmente pelo Capitão Benedito, o roceiro vai à “loja do coronel”, onde conta o que aconteceu, chorando de raiva. Este, muito esperto, ouve toda a queixa, mas não se manifesta e ao final vende ao menino tudo aquilo de que ele precisava no momento. A razão era simples – quanto mais a família se endividasse, mais cedo as

terras que tanto cobiçava poderiam ser suas:

[...] sabia que eram honestos, trabalhadores, possuidores de alguns litros de mato muito bom junto às terras dele coronel. Podia vender fiado sem susto que as terrinhas mais cedo ou mais tarde viriam para suas mãos. Terra pouca, mas que arredondava as cabeceiras do ribeirão (ÉLIS, 1987, p. 14).

Nessa figura, tal como nas demais já destacadas, o caráter de explorador permanece, assim também como é visível a não consciência do ser explorado quanto à sua condição. Parece não restar saída para o dominado que se vê amarrado às situações impostas, caminhando assim em direção ao aniquilamento social total. Tanto o roceirinho, quanto Joana e o Agregado H revelam desconhecer a realidade trágica que vivem. Dos três, o único que se manifesta, mesmo que de forma capenga, é o menino, contudo seu aparente protesto não dá em dada e ele, como os demais, acaba sendo sugado pelo sistema opressor:

– não, Coronel Capitão, isso não que nhô pai... – O menino resistia com unhas e dentes: que não podia ser isso de jeito nenhum, que estava vendendo arroz do gasto da casa para comprar remédio, que a mãe estava perrengada, que nhô pai num lograva ninguém dessa vida e é – vinha depois acertar com Capitão (ÉLIS, 1987, p. 14).

Como já dissemos, depois de falar em vão, o “biru” desiste e como não poderia voltar para casa sem a encomenda, se dirige à loja do outro coronel. Essa nova situação, na verdade, é sequência da anterior. Ou seja, ele é surrupiado tal como foi outrora, todavia os recursos empregados são outros. Essa não consciência de sua condição é para Almeida (1970, p. 60) a revelação de que eles são “simplesmente humanos, sem a lucidez de uma vivência exata que lhes traga a compreensão do drama em que se afogam”.

E é esse aspecto humano que tanto despertou a atenção de Bernardo Élis⁸. Apesar de a passagem referente ao coronel/comerciante ocupar apenas quatro parágrafos, isso é o bastante para se perceber o seu caráter que em nada se diferencia do “coronel Capitão Benedito” ou de qualquer outro que sustente esse título.

⁸ Para Moema de Castro e Silva Olival (1998) o homem, na contística bernardiana, é a figura central; revelado a partir de sua estrutura mental e sociocultural termina por ser o homem regional e ao mesmo tempo universal.

Dos contos analisados *Veranico de Janeiro* é o único que apresenta vários personagens atuando como coronéis; ao todo são quatro. E todos, exceto o major Chiquinho, que é apenas anunciado, têm um espaço na trama. Aliás, mesmo não aparecendo diretamente é possível deduzir alguma coisa sobre ele a partir das informações que o narrador nos oferece. Sabe-se que é dono de terras como o coronel/comerciante e o outro coronel que não é nominado, e pela forma como Isidoro foi encontrado é possível deduzir que tivesse para com ele as mesmas preocupações que os demais nutriam pelos seus agregados, quase escravos⁹, isto é, nenhuma:

Por derradeiro foi morar ali no Barreiro do Meio, trabalhando para o Major Chiquinho. Mas havia muito que não fazia nada por via da moléstia. Um dia o carreiro passou pelo rancho e lá topou Isidoro que nem boi ervado ou ofendido de cascavel, morrendo à míngua, sem ninguém para lhe dar uma cumbuca d'água ou para ajeitar os panos sujos (ÉLIS, 1987, p. 9).

Por último nos deparamos com um coronel não identificado. Não sabemos o seu nome nem tão pouco sua idade pode ser medida categoricamente. No entanto, é possível deduzir que tenha mais de cinquenta anos. É visível o conflito que enfrenta. Vive o dilema de ter que escolher entre aquela pequena cidade e possivelmente uma outra bem maior – desejo acalentado por suas filhas e esposa. E porque teme perder as regalias e privilégios adquiridos nesta se recusa a sair:

Na sua cama, o coronel acordava com os tiros e adeus sono. Garrava a pensar naquele negócio das filhas querendo mudarem-se da cidade. Como o problema o amolava! Não. Não sairia. [...] Morreria ali, onde era estimado de todos, onde tinha coisas, suas fazendas, seu gado, seus pastos, seus compadres, onde mandava e desmandava (ÉLIS, 1987, p. 28).

Uma leitura atenta do fragmento revela que sua atuação não é diferente daquelas já indicadas. Também desfruta de privilégios e, como os demais, reina de forma soberana em seu reduto. Possui mais bens do que precisaria e não há indícios de

⁹ Aliás, as relações entre senhor e escravo para Freire (*apud* Sallum Junior, 2001) eram marcadas, em geral, pela cordialidade, uma vez que havia casos em que o escravo tratava o senhor de forma paternal, reconhecendo sua superioridade social e cultural, o que contribuía para que aceitasse seu status, sua condição de dominado, sem inconformismos. Nesse sentido, a condição de escravo não era pior do que a de agregado. Para Freire em algumas situações se revelava até melhor.

que seja mais tolerante que os seus pares. Sua ligação com o cenário político fica mais evidente quando consideramos o que já foi observado nos anteriores. Nele o poder local se reveste de todas as formas, sendo por isso a representação mais completa, do ponto de vista da construção da narrativa, da imagem do coronel.

Interessante destacar, nesse contexto, a presença da figura feminina. De todas as representações já comentadas essa é a única em que a mulher/esposa ocupa algum lugar. E sua atuação revela a existência de um conflito que foge ao espaço da casa: “Que fosse a mulher embora da cidade, que fossem as filhas. Ora tem graça. *Agora depois de velha a mulher se metendo a cantar de galo*” (ÉLIS, 1987, p. 28, *grifos nossos*).

Fica claro que a família é patriarcal e até certo tempo o chefe parecia ter todo o controle nas mãos. A esposa lhe obedecia sem protestos e ele, como os seus antepassados, desejava que essa ordem prevalecesse. Contudo, a postura da mulher e das filhas o contrariando denota que essa estrutura foi rompida, o que assinala a decadência do patriarcalismo. Para Gilberto Freire (*apud* SALLUM JUNIOR, 2001, p. 340) a decadência do patriarcalismo não se restringe ao plano global; ela também ocorre dentro da família patriarcal. Ao longo do século XIX “há menos absorção do filho pelo pai, da mulher pelo homem, do indivíduo pela família, da família pelo chefe, do escravo pelo proprietário; e mais individualismo...”

Portanto, o trecho destacado evidencia uma família que não se mantém imune às mudanças do seu tempo. Trata-se de um período de transição. Apesar de existirem no sistema patriarcal, mesmo naquele que estava em crise, como o que analisamos, diferenças substanciais entre homem e mulher, sendo essa última considerada sexo frágil e belo, as mulheres que aqui se apresentam parecem ter mais disposição do que o macho, uma vez que são elas que logo cedo “pegam no batente”:

Do interior da casa vinham os primeiros sinais de vida, do dia que recomeçava como se fosse um novo viver. Etelvina resmungou um bocejo atoador; depois, com voz suja de sono ainda, pegou a chamar a filha [...] Entre bocejos, resmungos, zunzuns confusos de conversas, Etelvina e a filha iniciavam a labuta cotidiana. A vassoura raspava, uma porta rangeu, o machado começou a picar lenha. Mais adiante, davam milho às galinhas e uma voz de homem proferia o clássico ti-ti-ti-pururu, a que o gado de pena respondia com cacarejos, cloques e cantos alegres (ÉLIS, 1987, p. 28).

Também em *O principal é dar conforto à família* nos deparamos com a figura feminina compondo a imagem do coronel. Contudo, sua atuação é diferente de Etelvina,

uma vez que ela não só acaba por aceitar as imposições feitas pelo marido, apesar de saber que não é a atitude mais sábia, como também se comporta como uma típica dona de casa que tem a seu dispor inúmeras serviçais:

A mulher mais para poupar a trabalhadeira do que a vida dos leitões pondera (aliás com sabedoria) que isso é um desperdício que ia até ofender Deusnossosinhô, pois que a ceia já tinha um faturão danado, consabido que à mesa só seriam admitidos filhos e netos do coronel e suas esposas [...] Ao coronel custou disparado convencer a esposa de que era indispensável que matasse mais um leitão não pela falta que poderia resultar, mas pela necessidade de que nenhuma outra pessoa do lugar matasse num Natal maior numero de leitões do que o coronel (ÉLIS, 1984, p. 190-191).

Ao longo do diálogo travado entre o coronel e a esposa fica claro que a família que representam é a patriarcal e nesta a vontade do homem, o chefe da casa, é soberana, ainda que ela resulte em estupidez: “mas após algum bate-boca talvez num tom o seu tanto mais veemente do que ditava a conveniência de uma família de boa formação moral, acabou vencendo o desejo do pai de família, como sói ocorrer nas famílias constituídas à luz dos bons princípios” (ÉLIS, 1984, p. 191).

Na voz do narrador percebe-se o tom irônico que perpassa toda a obra e por meio do qual as engrenagens do sistema social se revelam. Quanto a este é possível deduzir que o estágio em que se encontra é um pouco diferente do anterior. Enquanto no primeiro percebemos a decadência da família patriarcal, neste, sua estrutura permanece, mas já com algumas ranhuras, uma vez que a mulher termina por se sujeitar às vontades do marido, mas não antes do debate, isto é, ela não se rende facilmente.

Quando se comparam os dois contos é perceptível como se processam as relações familiares. No primeiro, o foco está principalmente no coronel e o que sabemos é por meio de sua mundividência. Não sabemos o que a mulher e a filha realmente sentem, apenas que estão insatisfeitas com/na cidade onde vivem (a razão disso é desconhecida). No segundo, o foco é variável, o que possibilita uma visão mais ampla das personagens, contribuindo assim para que nossa percepção se torne mais nítida. As filhas não se manifestam¹⁰, contudo a presença da mãe é forte e no embate com o

¹⁰ De acordo com o narrador elas por se sujeitarem à vontade soberana do pai (não se casaram para não dividir a fortuna da família) tomaram rumos diferentes que resultaram num final igual- todas perderam sua identidade: “Uma delas endoidou, as outras murcharam nas rezas e resmungos de sacristia...” (ÉLIS, 1984, p. 188).

marido acaba por revelar que tem pensamentos próprios, embora isso não seja suficiente para alcançar autonomia. Em nome dos “bons princípios” cede ao autoritarismo do marido.

Já em *A virgem santíssima do quarto de Joana*, a figura feminina se apresenta em perfeita harmonia com a masculina. Ou seja, a mulher do coronel Rufo não só concorda com todas as atitudes deste como ainda o ajuda na luta contra o ser dominado:

Ele e a mulher tinham certeza de que fora o Dedé mesmo o autor daquilo, mas precisavam convencer-se do contrário, precisavam justificar-se perante si mesmos e suggestionar a menina, para não dar escândalo [...] Dona Fausta também começou a dar uns chupões no nariz e entrou com outro jogo [...] (ÉLIS, 2005, p. 159).

Nesse sentido ela se distancia totalmente das demais mulheres já abordadas, pois em nenhum momento se rebela contra o jugo do marido que parece desconhecer. E para completar seu domínio sobre o outro se utiliza o poder da religião:

Dona Fausta continuou: – Já que você está com a alma suja desse pecado feio, procure ao menos não ofender tanto a Deus com ingratidão, com falso, com mentira. Além de perdida – deu um tapa em sua própria boca, temendo pagar a língua, – Deus me perdoe a soberba! Além de perdida, mentirosa, ingrata! (ÉLIS, 2005, p. 160).

Os estudos indicam que os laços eram muito fortes entre a igreja e a família patriarcal brasileira. Por meio delas se difundiam valores, comportamentos, ideologias e verdades incontestáveis. Eram as duas instituições mais poderosas do período colonial. Para Gilberto Freire (2000) a família patriarcal e cristã se não exerceu influência criadora, foi, sem dúvidas, conservadora e disseminadora de valores, mesmo quando o patriarcalismo entrou em decadência.

Quando se consideram as três mulheres/esposas percebe-se que representam estágios diferentes da família patriarcal: Dona Fausta encontra-se no primeiro estágio e Etelvina no último. Nesse sistema social, as relações firmadas no âmbito familiar eram moldadas pela atuação do chefe da casa, o marido. Tanto os filhos quanto a esposa eram subservientes, tendo que abdicar, muitas vezes, de seus desejos e sonhos. A mulher sofria mais, pois quando saía do domínio do pai era para viver à sombra do marido.

Para Freire o sistema patriarcal era muito perverso para com a mulher, uma

vez que dava ao homem condições de ação social e a limitava aos serviços e artes domésticas, o que fez com que muitas se tornassem seres “artificiais”. Contudo, nem todas cederam a esses caprichos masculinos. Ou seja, de acordo com Sallum Junior (2001, p. 343), as mulheres “não eram sempre assim. Houve casos e casos de mulheres, sobretudo de engenho, com energia não só para dirigir a casa, mas também para administrar engenhos e fazendas, para dirigir a política partidária da família, para guerrear e assim por diante.”

É bom lembrar ainda que esse padrão de relação social, segundo esse autor, era frequente no patriarcalismo desenvolvido nas cidades, apesar de os contatos da mulher com o mundo social ainda serem limitados. Logo, havia diferença entre a mulher que vivia incrustada no sertão e aquela que morava nos burgos. Aliás, a cidade é o palco de todos os contos selecionados. Todavia, não se trata da cidade grande, com muitas novidades e repleta de pessoas. Nesse sentido, o espaço ficcional se aproxima do real.

De acordo com Campos (2003, p. 37) Goiás, nas duas primeiras décadas do século XX, era um estado pouco habitado, tendo a maior parte da população concentrada no campo: “Não se pode falar em urbanização, já que em 1920 não havia uma única cidade com vinte mil habitantes”. Portanto, as cidades que existiam se assemelhavam a vilas e como tal apresentava as características que lhe são peculiares: monotonia, proximidade entre os moradores, não preocupação com o ritmo de trabalho, facilidade de controle pelo grupo dominante, uma vez que o nível cultural era baixíssimo, dentre outras marcas. A vida nesses pequenos burgos era muito similar à das fazendas. E isso fica visível nos contos analisados.

Assim em *Veranico de janeiro* o espaço é a rua por onde desfilam homens e animais. Primeiro o carreiro com Isidoro e depois a boiada que desperta a atenção de todos e faz a cidade parar:

O berrante roncava, roncava, tornava a roncar, mas ninguém não via nada porque a boiada vinha ainda da outra banda da serra [...] Para a porta da igreja, ver a passagem dos bois, vieram Evangelista, Hilarinho, Dr. Flores, que abriam seus guarda-chuvas; Neca procurava esconder-se no beiral do telhado [...] (ÉLIS, 1987, p. 20).

A passagem da boiada é para os moradores um momento sublime, razão pela qual todos param os poucos afazeres e muitos se prestam a ajudar:

Com pouco, feito uma correição, surgiu a boiada no alto. O berrante chorava e a boiada vinha escorrendo pelo lançante abaixo, os costaneiros indo e vindo; ganhava a baixada, entrava na ponte, metia-se pela Rua da Palha, dirigindo-se para a estrada de Buriti Alegre. O vento sacudia a chuva que era uma librina de prata. A sujeira da lama penetrava até a alma. Boi sujo, cavalo sujo, homem sujo, menino sujo, galinha suja. [...] Para ajudar a tanger o gado seguiram o escrivão, Noratinho, seu Elpídio e vários outros moradores. Era uma festa¹¹ (ÉLIS, 1987, p. 21).

A forma como a população reverencia esse momento deixa clara a importância que o gado tinha e vai de encontro à afirmação de Campos (2003, p. 34): “A pecuária era, por excelência, a atividade caracterizadora da economia estadual, uma vez que ela se distribuía com certa regularidade em todas as regiões do estado...”. Ela não só movimentava a economia como também alimentava sonhos e fantasias.

Tanto o coronel cobiçava o gado como os homens que com ele lidavam reconheciam sua importância e, de carona, ganhavam seu prestígio. Assim, o boiadeiro, o carreiro e o tropeiro, são, nessa sociedade, as profissões mais comuns e por isso mais cobiçadas e passadas, de geração em geração (principalmente porque enfrentavam as precariedades do sertão).

E aqueles que tinham tino para o negócio acabavam por se tornar também coronéis. É esse tipo que se vai encontrar em *Um duelo que ninguém viu*. Ao que se sabe o coronel, no passado, fora tropeiro: “Naquela tarde, encontrei o coronel meio triste. Sentado na soleira da porta da rua, espiava à toa uns relâmpagos [...] Faça ideia que morreu um companheiro de tropa, o Moisés” (ÉLIS, 2005, p. 13).

E diante da realidade que vive – a decadência do ciclo do gado e conseqüentemente das profissões que o sustentavam – recorda saudoso os tempos de menino e moço, quando na condição de chefe de tropas transportava manufaturas e sal:

– Vão-se acabando os companheiros de tropa, – disse o coronel como se durante todo aquele eito de tempo estivesse revivendo seu tempinho de moço, – o diabo do caminhão botou o nosso sertão bobo. [...] O coronel tangeria muitos burros por essas estradas agressivas, em todos os sentidos, acordando ecos virgens nos ocos de brocotós, espantando pinhéns- pinhéns pelos gerais malvados de Goiás (ÉLIS,

¹¹ Salta aos olhos, nesse fragmento, a forma estilística empregada para equiparar homens e bichos. Se observarmos bem veremos que o autor utiliza uma mesma estrutura para evidenciar isso: substantivo + adjetivo, contribuindo assim para a beleza do texto. Desta forma, boi, cavalo, homem, menino, galinha- têm todos a mesma importância.

2005, p. 14).

Por meio da apresentação desse coronel é possível perceber vários detalhes importantes que o distanciam dos demais. Primeiro, ele se situa num núcleo social diferente daqueles já estudados. Não há um elemento feminino na sua composição. Não sabemos se ele é ou foi casado, nem tampouco se teve filhos. Também não é possível perceber se é dono de terras ou se ainda é comerciante. As informações que chegam até o leitor dão conta de parte do seu passado, mas não adiantam nada do seu futuro e muito pouco do seu presente.

Fica claro que comandava uma tropa e esta transportava mercadorias, logo era um comerciante. O fato de ser considerado coronel pode ser o mesmo já evidenciado: era uma pessoa de posses e, portanto, de prestígio. Não há indícios de que mantivesse qualquer vínculo político nem tampouco seu caráter nos permite deduzir que fosse explorador, como os demais. Sua voz registra as saudades de um tempo em que ele fora desbravador: “A casco de burro e a pião de carro de boi abriram-se estradas desse mundão analfabeto de Brasil” (ÉLIS, 2005, p. 14). E ainda revela queixa por perceber que seu tempo já passou, foi superado pelo progresso, aqui representado pelo caminhão e pela abertura de estradas.

Outra figura que perpassa esse universo e que merece algumas considerações está representada na personagem Liduvino, de *Veranico de Janeiro*¹². Percebe-se que ele não se enquadra como um trabalhador comum. Não é um agregado e nem tampouco está subordinado a algum coronel a quem prestaria serviços como capataz, por exemplo. Seu ofício lhe permite que seja classificado como homem livre. Para Roberto Schwarz (2000) essa categoria de trabalhador não era nem proprietário nem proletário; seu acesso à vida social e àquilo de que necessitava para viver dependia materialmente do favor, indireto ou direto, de um grande. É ele quem forma a tríade das classes existentes no período colonial.

De acordo com o narrador, Liduvino era um típico fanfarrão, que vivia de folia em folia, onde bebia e comia de graça, tocando, rezando e se divertindo. Quando não

¹² É instigante a forma como o título dialoga com a ideia central do texto. Sabe-se que o veranico de janeiro é um período curto de estiagem que costuma ocorrer entre chuvas. É como algo passageiro que não interrompe a rotina. Assim deveria ser a entrada de Isidoro na casa de Chiquinha do Amaro. Aliás, esse é um dos argumentos utilizados por Liduvino para convencer a comadre a recebê-lo: “Com o peso de sua sapiência, afirmava Liduvino de pés juntos que o doente não duraria nem mais uma sumana” (ÉLIS, 2005, p. 18). Por ironia do destino o moribundo insiste em viver, o que acarreta uma série de inconvenientes para Chiquinha, já que Liduvino logo desapareceu. Sua morte só se efetiva no final de junho, quando então se preparavam para a festa do Divino.

havia reza nem folia, procurava alguma casa onde pudesse ficar até que fosse chamado para animar outro evento:

Liduvino acabava de aportar do último pouso de folia na roça. O homem não chegava para quem queria, tocando sua rabequinha ora aqui, ora ali, recebendo chamados de Julião para adjutorar nos ensaios dos congos, com o Imperador do Divino num empenho danado para ele dar um empurrão na fazeção da festa (ÉLIS, 1987, p. 35).

Para viver ele parece não precisar de muito, já que não revela nenhum tipo de ambição material. Sabe-se que não é casado, nem tampouco tem alguém de quem cuidar. Apesar de não ser coronel, desfruta de algum prestígio entre seus pares: “[...] Chiquinha não estava achando o negócio direito, mas enfim como o compadre era cabra desenvolvido, aceitava como certo” (ÉLIS, 1987, p. 20). E isso é o bastante para viver bem.

A narrativa se inicia com um narrador onisciente que se cola à perspectiva dele e sobre ele assim se manifesta, logo nas primeiras páginas:

Ele era carapina de profissão, mas também defunteiro e tocador de rabeça. O instrumento ele mesmo fabricava, tirando o cedro na mingunte de novembro, não vê que esse mês é o da devoção de santa Cecília, protetora dos músicos! Arriba de tudo, e por isso que ficou por derradeiro na apresentação, era o rezador mais famanaz de toda a região [...] Quando tinha gente em artigo de morte, vinham chamá-lo por ser hábil em ajudar cristão a morrer (ÉLIS, 1987, p. 5).

Guiando o carreiro, Liduvino fará uma peregrinação pela cidade a procura de alguém que receba Isidoro em sua casa. E essa prontidão para ajudar o outro é uma das características ressaltadas pelo narrador que parece nutrir uma simpatia por ele: “Home, nós temos de achar um cristão que pode tomar conta do dito-cuja-supra. E é antes de o sol entrar. Como falou, passou a conversar consigo mesmo, a cara compungida, pois era sujeito dozento de todos os sofredores [...]” (ÉLIS, 1987, p. 7).

No afã de ajudar Isidoro, Liduvino poderia se precipitar e fazer algo de que se arrependeria. Contudo, sua postura é outra. Age como homem cauteloso, uma vez que revela muito bem em que solo pisa, ou seja, ele sabe com quem poderia contar e a quem seria perigoso recorrer:

esquivou-se à caridade, mas ponderou que na cidade havia um doutor médico, porque não o procuravam? Liduvino não disse arroz, mas não tomou conhecimento da proposta. O médico não andava nas boas graças do coronel. E não seria por sua mão que Liduvino iria afrontar a ira do tutunquera (ÉLIS, 1987, p. 8).

Ficam claras, a partir da leitura do fragmento, as relações sociais estabelecidas entre coronéis e homens livres. Esses sabem muito bem qual é seu papel e o representam com maestria. Reconhecem o poder do coronel e não o menospreza, porque necessita dele para se equilibrar. Segundo Schwarz (2000, p. 20): “No momento da prestação e da contraprestação – particularmente no instante-chave do reconhecimento recíproco – a nenhuma das partes interessa denunciar a outra, tendo embora a todo instante os elementos necessários para fazê-lo”.

A narrativa revela que Liduvino conhece muito bem a política dos coronéis e por isso não se atreve a interferir, até para não ser prejudicado. Seu lema parece ser o de conviver com todos, tanto com os dominadores quanto com os dominados, sem que essa convivência signifique tomar partido de um dos lados. E assim como o elemento feminino, ele ajuda a compor o universo do coronel.

Considerações Finais

Pelo que foi exposto a partir da análise, fica evidente que o coronel pode ser considerado um descendente do sistema patriarcal. Em Goiás, como foi destacado, essa figura nem sempre se apresentou filiada ao cenário político partidário, principalmente pelo fato de a política goiana ter seguido rumos diferentes da paulista, por exemplo.

Como foi afirmado por Campos (2003), aqui se desenvolveu uma política mais homogênea, que procurava abraçar os interesses de todos os líderes, razão pela qual se faz notar tantos coronéis em um mesmo reduto/cidade.

Também ficou claro que o coronel é aquele que agrega posses aos seus domínios, incluindo terras, gado e às vezes até o comércio; que desfruta de privilégios e, principalmente, que usa o poder para subjugar os mais fracos. De todas as representações esmiuçadas a única que não revela traços do dominador é a do coronel de *Um duelo que ninguém viu*. Todas as outras *personas* incorporam as marcas do

dominante que se mantém no poder graças à existência de seres destituídos de autonomia, de consciência política.

Outrossim, vimos que a figura do coronel era sustentada quase sempre pelo elemento feminino que ora o validava, ora o contestava, impondo sua visão e sua presença, mesmo quando sabia que seu ponto de vista não teria possibilidade de prevalecer, o que nos faz crer na hipótese de que as famílias retratadas, exceto uma, revelem, em graus diferentes, a decadência do patriarcalismo.

Além do elemento feminino, o agregado e o homem livre, sendo o primeiro caricatura do segundo (SCHWARZ, 2000), igualmente ajudam a compor a figura do coronel, havendo entre esses trabalhadores poucas diferenças.

Ainda foi possível constatar que o ciclo do gado, fenômeno brasileiro, também teve seu destaque em Goiás, sendo retratada, nos contos escolhidos, a sua fase de decadência. Apesar disso a relação entre homem e bicho ainda é muito próxima, o que favoreceu construções belíssimas como outrora destacamos.

Muito ainda se poderia falar se considerássemos as obras selecionadas, especialmente *Veranico de Janeiro*, onde as habilidades do autor melhor aparecem. É brilhante a forma como ele estrutura a obra, como se fossem quadros, ao todo sete. Nestes, os assuntos são expostos por um narrador que ora se envolve em uma cena para dela se afastar no momento em que o suspense é colocado. Mas isso é assunto para outro artigo.

THE REPRESENTATION OF THE CORONEL AND ITS DEVELOPMENT: A STUDY OF THE BERNARDO ELIS TALES

Abstract: This paper analyse the representation of coronels in the literary work of Bernardo Élis, from the analyses of the *Um duelo que ninguém viu*, *A virgem santíssima do quarto de Joana* (1944); *Veranico de Janeiro* (1966) and *O principal é dar conforto à família* (1984), to conclude that in this short stories the figure of the coronels associated the image of the earth, the commerce and political scenery. In usual represent, the local power and as associate with prestige and with the economical control.

Keywords: Literary Analyses. Coronels. Patriarchy. Bernardo Élis.

Referências

ALMEIDA, Nelly Alves de. **Estudo sobre quatro regionalistas**. 2. ed. Goiânia:1985.

_____. **Presença Literária de Bernardo Élis**. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura – S.E.C, 1970.

CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. 2. ed. Goiânia: UFG, 2003.

ÉLIS, Bernardo. **Ermos e Gerais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Veranico de Janeiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

_____. **Apenas um violão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

FERNANDES, José. **Dimensões da Literatura goiana**. Goiânia: CERNE, 1992.

FREIRE, Gilberto. **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.

MOTA, Ático Vilas Boas da. Ciganos, antologia de ensaios. In: GOMES, Modesto (Org.) **Aspectos da cultura goiana**. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura: Gráfica Oriente, 1971.

OLIVAL, Moema de Castro e Silva. **O espaço da crítica: panorama atual**. Goiânia: UFG, 1998

SALLUM JR, Brasília. **Sobrados e Mucambos**. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. São Paulo: SENAC, 2001.

SANTANA, Rogério. **Regionalismo literário no Brasil central**. In: ARAÚJO, Humberto Hermenegildo de; OLIVEIRA, Irenisia Torres de (org.). *Regionalismo, modernização e crítica social na literatura brasileira*. São Paulo: Nankin, 2010.

SCHWARZ, Robert. **Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SOUZA, Candice Vidal e. **A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. Goiânia:UFG, 1997.

SOBRE A AUTORA

Maria Aparecida Barros de Oliveira Cruz é mestra em Letras e Lingüística pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora do curso de Letras da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade de Porangatu.

Recebido em 07/09/2014

Aceito em 05/12/2014